

A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL (PRONAF) NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO RURAL DA PRODUÇÃO/RS

Linha Temática: Área IV – Desenvolvimento Econômico e Instituições

Classificação JEL: Q18

Luana dos Santos Hanauer¹

Olívio Alberto Teixeira²

Resumo

O presente estudo buscou avaliar qual o papel que o crédito rural PRONAF está desempenhando no fortalecimento da agricultura familiar destes dezessete municípios pertencentes ao Território Rural da Produção/RS e em que medida isso ocorre, através da análise da distribuição do crédito rural. Identificando os diferentes níveis e características da participação do PRONAF para a consolidação da agricultura familiar, além de construir diferentes tipologias para expressar a heterogeneidade existente no Território Rural da Produção. Foi identificado que no Território Rural da Produção/RS que há variabilidade entre os municípios em relação ao acesso do crédito rural PRONAF. Em relação ao que o agricultor familiar do Território da Produção vem financiando para produzir, a utilização do PRONAF custeio agrícola para o cultivo de grãos (soja, trigo e milho) é predominante. Ainda, houve um aumento na média dos valores destes contratos de 2014 para 2015, concentrando o acesso ao crédito em agricultores familiares consolidados. Desta forma, foi possível identificar três tipos principais de agricultores familiares no Território: Municípios com baixo acesso ao crédito rural PRONAF; Municípios que acessam o crédito rural PRONAF para o cultivo de grãos e Municípios em que o acesso ao PRONAF é significativo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Crédito Rural; Heterogeneidade.

Abstract

This study aimed at evaluating the role that rural credit PRONAF is playing in strengthening the family agriculture in seventeen cities belonging to the Rural Territory Production/RS and to what extent this occurs, by analyzing the rural credit distribution. Identifying the different levels and features in which PRONAF participates for the consolidation of family farming, besides building different types to express the heterogeneity in the Rural Territory Production. It was identified in the Rural Territory Production/RS that there is variability between the cities regarding the access to rural credit PRONAF. Considering what the family farmer has been financing to produce, the

¹ Bacharel em Ciências Econômicas e Bolsista de Iniciação à Extensão do NEDET Produção-RS na Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Palmeira das Missões. (luanashanauer@hotmail.com).

² Professor no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Coordenador do NEDET Produção-RS na Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Palmeira das Missões. (olivioteixeira@yahoo.com.br).

use of PRONAF for agricultural costs to grain crops (soy, wheat and corn) is predominant. Still, there was an increase in the average values from contracts between 2014 and 2015, concentrating access to credit in consolidated family farmers. Thus, it was possible to identify three main types of family farmers in the Territory: cities with limited access to rural credit PRONAF; cities accessing rural credit PRONAF for graining cultivation and cities where the access to PRONAF is significant.

Keywords: Family Agriculture; Rural Credit; Heterogeneity.

1. Introdução

A agricultura familiar estabelece várias relações com a segurança alimentar. A mais lembrada é como provedora de alimentos para a população, indo além da produção agroalimentar. Está relacionada também com a criação de oportunidades de trabalho e de apropriação de renda às famílias envolvidas, melhorando, assim, a oferta de alimentos em âmbito regional e nacional, oportunizada pelo acesso ao crédito rural destinado ao agricultor familiar.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) "Estado da Alimentação e da Agricultura", a agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. No Brasil, a agricultura familiar representa 84% de todas as propriedades rurais do País e emprega pelo menos cinco milhões de famílias. (MDA, 2014)

De fato, a agricultura familiar tem papel importante no desenvolvimento rural brasileiro. Para garantir a seguridade do agricultor familiar, é preciso haver políticas públicas efetivas e que compreendem a sua realidade socioeconômica. O PRONAF tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação pelo Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares.

O estudo focou essencialmente no espaço definido para a constituição do Território da Produção/RS tem por objeto central analisar a distribuição do crédito rural no Território da Produção/RS, mais especificamente o PRONAF, destacando os principais tipos ou modelos de financiamento incentivadas pelo programa. Esta pesquisa busca também estudar: (1) os principais conceitos e contribuições teóricas do debate sobre agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável; (2) as características

principais do Território da Produção/RS e de sua agricultura familiar; (3) o papel que o PRONAF está desempenhando, no período estudado, no fortalecimento da agricultura familiar dos municípios pertencentes ao Território; (4) os tipos de agricultura familiar que estão sendo promovidas através do PRONAF; e (5) as perspectivas e os diferentes níveis de agricultura familiar apontada pela pesquisa. Para alcançar tais objetivos, o estudo tratou de analisar a distribuição do crédito rural no Território da Produção/RS no período de 2013 a 2015.

2. Categorias Econômicas Fundamentais para a Compreensão dos Processos

De maneira geral, a agricultura familiar poderia ser definida como um modelo de produção agropecuária, no qual as unidades produtivas estão organizadas em torno da família. Na maioria dos casos, essas unidades possuem pouca terra e dificilmente utilizam trabalho contratado. Este modelo de produção baseia-se na diversificação das culturas e criações, em busca de uma melhor qualidade de vida e melhores meios de produção, para que possam continuar vivendo e trabalhando no campo (MDA, 2015).

Desde meados dos anos 1990, após diversos estudos sobre os problemas agrícolas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), propôs a seguinte definição:

“A Agricultura Familiar é uma forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas a exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e objetivos da família. (FAO/INCRA, 1996: pg. 39)”

Nesse sentido, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) considera-se "agricultura familiar" aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle do que e do como produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado. Considera ainda, que o conceito de Agricultor Familiar subentende: agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de

Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas do MDA. (MDA, 2004)

Diversos são os estudos que procuram caracterizar a agricultura familiar. Santos (2001), por exemplo, caracteriza a produção familiar como aquela que utiliza a mão-de-obra familiar no processo produtivo; em que a produção destina-se primeiramente ao consumo da família e secundariamente ao mercado; em que o gerenciamento da unidade de produção é feito pelo chefe da família; e que as unidades de produção possuem pequenas extensões de terras (minifúndios).

Todavia, a inexistência de uma definição rigorosa e consensual sobre o estatuto conceitual da agricultura familiar não impede a generalização em torno da ideia de que o agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família (SCHNEIDER e NIEDERLE; 2008).

De fato, na década de 1990, houve uma proliferação de estudos sobre a produção familiar e, como afirma Wanderley (2000), “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”, e passou a ser vista como campo de ação de uma agricultura alternativa ao “padrão moderno vigente” que predominou na agricultura brasileira e que não contemplou a grande maioria dos produtores familiares. A agricultura familiar se afirma assim como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção; e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar. Fenômeno esse denominado pluriatividade, o qual se expandiu, entre outros fatores, pela revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar.

Por sua vez a pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração. (ANJOS, 2003) A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (ANJOS, 2003).

Dessa forma, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. De acordo com Fuller apud Schneider (1999, p. 367):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...].

Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração (MARAFON, 2006).

Com efeito, a agricultura familiar tem papel importante no desenvolvimento rural brasileiro. E para garantir um desenvolvimento rural sustentável é importante que haja políticas públicas eficazes, atendendo as singularidades regionais do mundo rural brasileiro.

Esta revisão analítica permite perceber que, por muito tempo, as políticas públicas de desenvolvimento rural deram prioridade para as grandes unidades de produção, havendo um apoio tecnológico e creditício para as grandes fazendas, sendo este considerando o período de “modernização conservadora”. (SILVA, 1982) Neste período, em paralelo, o pequeno agricultor teria de disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para agricultura. Entretanto os anos recentes afirmam o reconhecimento e a compreensão de que é possível pensar processos de desenvolvimento rural partindo-se da perspectiva de diversidade econômica e de heterogeneidade social da agricultura familiar no Brasil (MATTEI, 2014).

Nos últimos anos, o Brasil conheceu avanços significativos no que concerne a uma melhor definição e compreensão das características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar. O principal avanço refere-se ao reconhecimento da enorme diversidade econômica e heterogeneidade social desse grupo social, formado por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo

como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais. (SHNEIDER, CASSOL; 2014)

Os estudos sobre diversidade da agricultura familiar em geral resultam na elaboração de tipologias e grupos que buscam recortar e isolar subgrupos do universo mais geral dessa categoria social. Esse tipo de trabalho tem uma finalidade mais heurística do que teórica e analítica.

Um marco importante nesse processo de tipificação da agricultura familiar no Brasil foi a análise sobre a “Diversidade e Heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil e Algumas Implicações para Políticas Públicas” (SCHNEIDER; CASSEL, 2014). Neste trabalho, é apresentado, em seu conjunto, o universo dos 4.366.267 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira, dividido em três grandes grupos:

a) Um grupo majoritário de estabelecimentos especializados, que depende muito fortemente da receita da atividade agropecuária, especialmente a produção vegetal. Trata-se de estabelecimentos que possuem alguma abertura para atividades fora do estabelecimento, mas parece que sua vocação e principal estratégia de reprodução social seguirá sendo a agropecuária.

b) Um grupo pequeno de estabelecimentos que possui múltiplas fontes de ingresso, em que a receita agrícola já não é mais a única, nem mesmo a mais importante, mas as entradas monetárias de atividades não agrícolas e de aposentadorias são significativas. Não são estabelecimentos cujas estratégias de reprodução vão passar pela produção, pois acessam muito pouco os serviços de extensão e possuem áreas de terras relativamente pequenas para ampliar a agricultura.

c) Um terceiro grupo de estabelecimentos familiares que vivem no espaço rural, mas a agricultura e a produção agropecuária já não têm um sentido econômico e produtivo expressivo. Talvez sua propriedade seja apenas um local de residência. Mesmo assim, a produção continua a ter alguma importância, especialmente para o autoconsumo.

3. Metodologia

A análise foi realizada no Território Rural da Produção/RS, sendo este composto por dezessete municípios: Almirante Tamandaré do Sul, Barra Funda, Carazinho, Chapada, Coqueiros do Sul, Coxilha, Mato Castelhana, Nova Boa Vista, Novo Barreiro,

Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pontão, Ronda Alta, Rondinha, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto e Sarandi. Este território cobre uma área de 7.420,6 km² e está inserido na Mesorregião do Noroeste do Rio Grande do Sul. Em 2010, segundo o IBGE, a população deste Território era de 336.385 habitantes, sendo composta de 89,23% de habitantes do meio urbano e de 10,77% de habitantes do meio rural.

O trabalho de pesquisa fundamenta-se numa pesquisa bibliográfica sobre o referencial teórico da agricultura familiar e suas diferentes concepções ao longo dos anos e uma contextualização do crédito rural para a agricultura familiar, além da caracterização do Território Rural da Produção.

Compreendendo então a heterogeneidade do conceito da Agricultura Familiar e suas características, o trabalho visa identificar no Território da Produção/RS as diferentes tipologias de agricultor familiar. Para atingir o objetivo, foi feita uma caracterização da distribuição do crédito rural PRONAF nos dezessete municípios e em seguida a aglomeração dos municípios características similares.

Os estudos sobre os espaços rurais e os sistemas de produção agrícola têm avançado no sentido de buscar a compreensão das diferenças presentes nas várias unidades ou indivíduos. Um dos meios para melhor compreender a heterogeneidade é a construção de tipologias ou identificação de grupos, que possuem características semelhantes entre si, entretanto distintas dos subconjuntos. (WAQUIL e CONCHA-AMIN, 2015)

Para agrupar os municípios com características semelhantes, considerou-se, respectivamente, o percentual de crédito PRONAF acessado com exceção de soja, milho e trigo; o percentual de financiamento pelo PRONAF acessado pelo município, tanto agrícola quanto pecuária; o percentual de número de contratos em relação a DAP Ativas; o valor médio dos contratos na modalidade agrícola; e o número de DAP nos dezessete municípios pertencentes ao Território da Produção/RS, seguindo os critérios da Figura 01:

Figura 01: Critérios para a construção de Tipologias

	Tipo 01	Tipo 02	Tipo 03
Percentual de crédito PRONAF com exceção de soja, milho e trigo.	Até 10% em dois anos	Entre 5% e 20% em dois anos	Acima de 20% em dois anos
Percentual de financiamento PRONAF - modalidade Agrícola	Até 30 %	de 30% a 80%	Acima de 70%
Percentual de financiamento PRONAF - modalidade Pecuária	Até 30 %	de 30% a 80%	Acima de 70%
Percentual de Contratos por DAP Ativas	Até 30 %	Entre 30% a 50 %	Acima de 50%
Valor Médio dos Contratos - Modalidade Agrícola	Acima de 20.000	Entre 20.000 e 15.000	Inferior a 15.000 em pelo menos um dos anos
Número de DAP	Menos de 400 DAP	400 a 1.000 DAP	1000 DAP ou mais

Fonte: Elaborada pela autora. (2016)

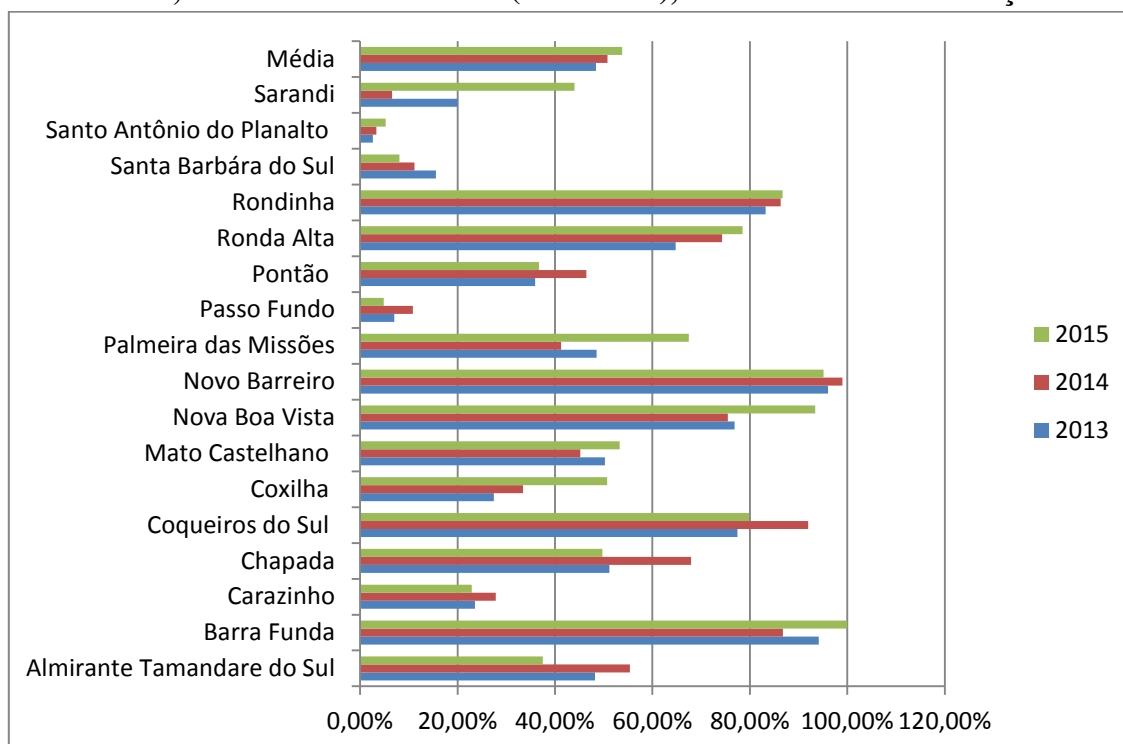
Para classificar os municípios com características semelhantes e se enquadrar em determinada grupo, os mesmo deveriam atender pelo menos quatro dos critérios para pertencer a determinada tipologia. Em caso de igualar o resultado, prevaleceria a variável “Percentual de crédito PRONAF com exceção de soja, milho e trigo”.

4. Crédito Rural no Território da Produção/RS

Na intenção de caracterizar a agricultura familiar dos municípios pertencentes ao Território da Produção/RS e de uma melhor compreensão da diversidade da agricultura familiar no Território, analisou-se a distribuição do crédito rural na modalidade expressas nos contratos ou voltados para a pecuária ou para a atividade agrícola.

Em primeiro lugar, conforme revela a figura 02 logo a seguir, procura-se conhecer a realidade da atividade pecuária no território no período recente. Assim, do crédito rural total destinado a atividade pecuária, procura-se analisar quanto (%) do mesmo foi efetuado para os agricultores familiares através do PRONAF.

Figura 02: Percentual do Crédito Rural Total do Município, na modalidade Pecuária, destinado ao PRONAF (2013-2015), no Território da Produção/RS

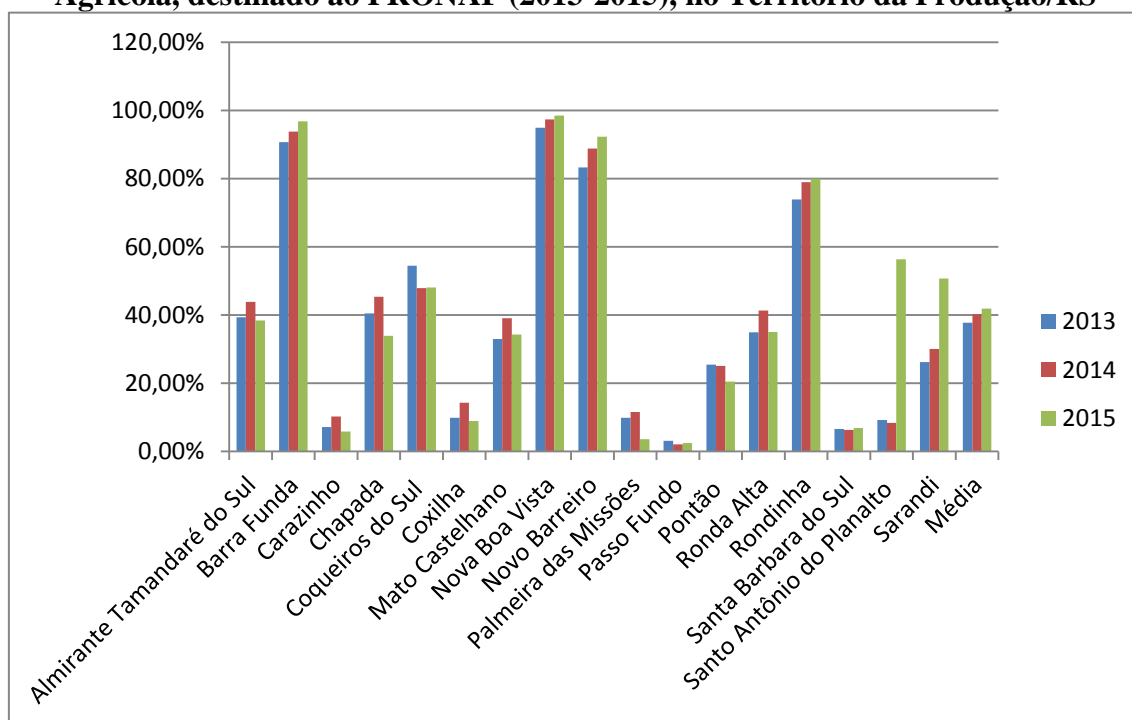


Fonte: Banco Central (2015)

Assim, verificando o percentual do crédito destinado ao PRONAF na modalidade pecuária, observa-se que, na maioria dos municípios, exerce um papel significativo no fomento da atividade e que no período observado, em média, há um aumento na utilização do Programa para o financiamento da atividade. Dos dezessete municípios, dez têm mais de 40% do acesso ao crédito rural PRONAF, e destes, três municípios ultrapassam 80% de crédito concedido pelo PRONAF na modalidade pecuária (Novo Barreiro, Barra Funda e Rondinha).

Por outro lado, observa-se que, Santo Antônio do Planalto, Passo Fundo e Santa Bárbara do Sul são os municípios que tem a modalidade pecuária pouco fomentada pela agricultura familiar.

Figura 03: Percentual do Crédito Rural Total do Município, na modalidade Agrícola, destinado ao PRONAF (2013-2015), no Território da Produção/RS



Fonte: Banco Central (2015)

Quanto a análise em relação ao percentual do crédito rural via PRONAF na modalidade agrícola, há maior variabilidade da importância desta atividade nos municípios, entretanto, em média, no período observado, também há um aumento na utilização do PRONAF para o financiamento da atividade. Observa-se que Passo Fundo é o município com menor porcentagem na utilização do PRONAF para crédito rural, seguido de Santa Bárbara do Sul e Carazinho, juntamente com mais dois municípios (Palmeira das Missões e Coxilha) que possuem menos de 15% de seu crédito rural via PRONAF, na modalidade agrícola.

Por sua vez, os municípios que se destacam, com mais de 90% do acesso ao crédito rural via PRONAF é Nova Boa Vista e Barra Funda. Sobressaem também os municípios de Novo Barreiro e Rondinha. Análise destes dados, mostra uma real situação em relação do quanto o município tem sua agricultura familiar fomentada pelo crédito rural PRONAF.

Finalmente, agregando as duas informações, de pecuária e agrícola, nos três anos, os municípios que mais utilizaram o crédito rural via PRONAF foram Barra Funda, Nova Boa Vista, Novo Barreiro e Rondinha, tendo os maiores percentuais em questão de repasses de crédito rural, ultrapassando 75%, demonstrados pela cor verde no mapa da Figura 04 a seguir:

Figura 04: Importância do PRONAF no Crédito Rural Total dos Municípios pertencentes ao Território da Produção/RS (2013-2015)



Fonte: Elaboração própria (2016).

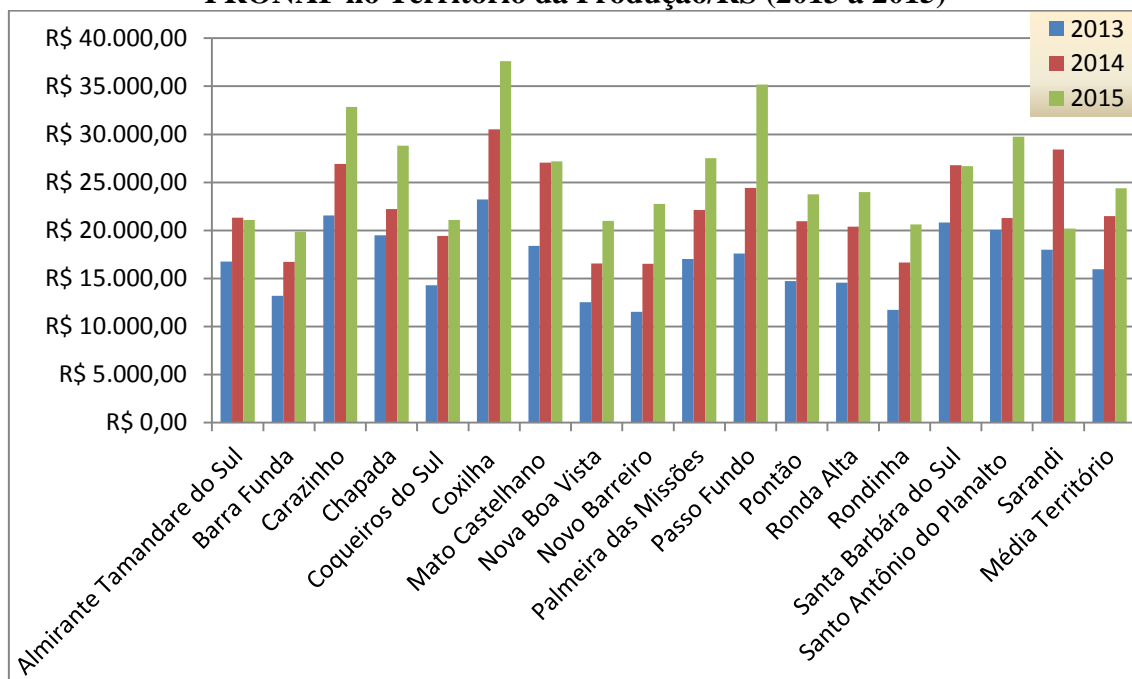
A cor laranja representa os municípios que tem acesso ao PRONAF de forma significativa, mas se destaca mais em uma modalidade do que em outra. Como é caso de Ronda Alta, que na modalidade pecuária representa mais de 65% do crédito rural via PRONAF e na modalidade agrícola é em torno de 35%. E a cor azul representa os municípios que tem pouco acesso ao crédito rural via PRONAF, todos abaixo de 20%.

A modalidade agrícola é responsável por movimentar a maior parte dos recursos de crédito rural no Rio Grande do Sul, sendo que a modalidade pecuária é de suma importância para a renda do agricultor familiar, mas se trata de uma atividade adicional a produção. Por isso, este estudo, para elaborar as tipologias de agricultura familiar, se concentra na distribuição do crédito rural na modalidade agrícola.

Este período que vem sendo analisada nesta pesquisa é perceptível que o valor médio dos contratos de PRONAF na modalidade agrícola tem aumentado. O valor médio dos contratos passou de R\$ 15.959,74 em 2013 para R\$ 21.508,91 em 2014; e, para R\$ 24.381,31 em 2014/15. Em média, houve um aumento de 74% no valor médio dos contratos nos municípios.

O que chama atenção é o fato de municípios como Passo Fundo, Coxilha e Carazinho, que demonstram ter o menor número de agricultores familiares, nesta análise demonstram ser os municípios com maior valor médio do Território da Produção/RS”.

Figura 05: Valor Médio dos contratos na modalidade agrícola para PRONAF no Território da Produção/RS (2013 a 2015)



Fonte: Bacen (2015)

Para entender e justificar melhor esta concentração no valor dos contratos do crédito rural PRONAF na modalidade agrícola basta observar a média do número de contratos no Território da Produção/RS, demonstrado na figura abaixo. Nesta análise, destacam se mais uma vez Passo Fundo, Coxilha e Carazinho, onde o dado demonstra que o número de contrato é baixo, ou seja, a produção familiar nestes municípios é centralizado em poucos agricultores familiares.

Neste período, no Território Rural da Produção, houve um total de 36.299 contratos do PRONAF, entre as modalidades pecuária e agrícola (investimento, custeio e comercialização), onde se destacam os municípios com maior número de contratos: Chapada com 14,8%, Rondinha com 13,3%, Sarandi com 11,9% e Ronda Alta com 10,0%. Com menor numero de contratos destacam-se os municípios de Coxilha com 1,7%, Carazinho e Santo Antônio do Planalto com 2,0% e Mato Castelhanos com 2,2%.

Dado este cenário, o estudo focou a análise em identificar quais produtos estão sendo fomentados pelo programa PRONAF. Para isso, analisou o repasse de crédito PRONAF na modalidade agrícola para custeio.

Observa-se ainda que outra característica marcante da agricultura familiar do Território é a utilização do PRONAF custeio agrícola para o cultivo de grãos (soja, trigo e milho). Para a Soja, do volume de recursos total concedido, em média 50%, no período de 2013 a 2015, se destinaram ao cultivo desta oleaginosa. Para o cultivo do trigo na Agricultura Familiar o custeio envolveu, em média, 41% em 2013, 25% em 2014 e 19% em 2015.

Em resumo, o PRONAF desempenha um papel importante no fomento da agricultura familiar nos municípios do Território da Produção/RS. Em média, no período analisado, a utilização do programa PRONAF para o financiamento da produção tem aumentado. Destacam-se os municípios Barra Funda, Nova Boa Vista, Novo Barreiro e Rondinha, por possuírem o maior volume de acesso ao crédito rural PRONAF.

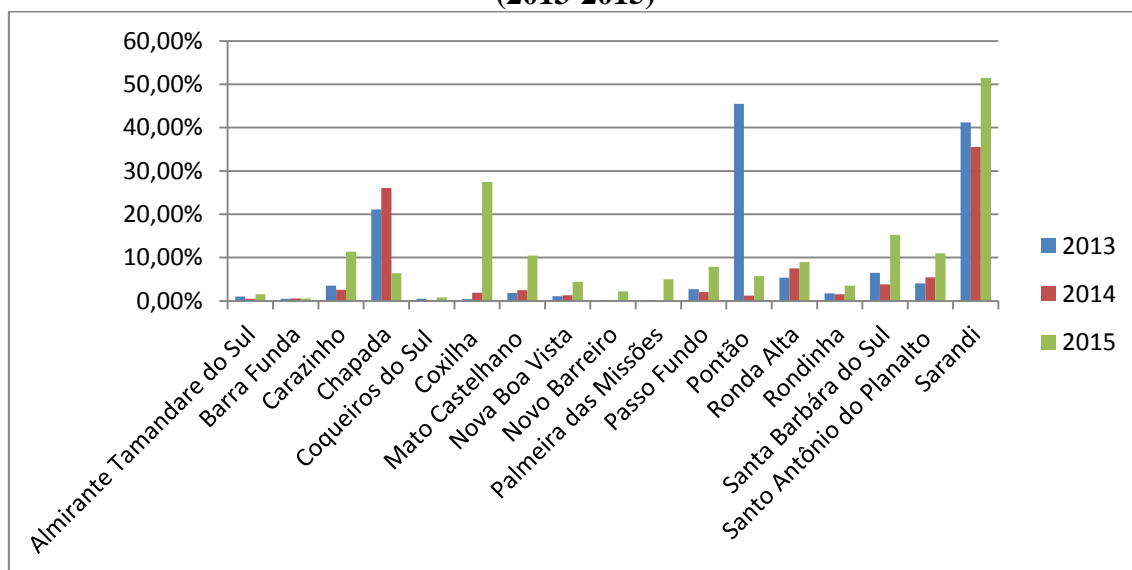
Na região analisada, e em todo estado, no acesso ao crédito rural prevalece a modalidade agrícola nos dezessete municípios, e houve um aumento na média dos valores destes contratos de 2014 para 2015. Assim, concentrando o acesso ao crédito em agricultores familiares consolidados do Território da Produção/RS.

A fim de analisar o que o agricultor familiar vem financiando para produzir, verificou os repasses do crédito rural PRONAF por produto nos últimos três anos. Identificou-se o volume de financiamentos para grãos, milho e trigo, das demais culturas financiadas.

A figura 06 demonstra que, no período em análise, os municípios utilizam essencialmente o financiamento PRONAF para a produção de grãos soja milho e trigo. O município que se destaca é Sarandi por ser o único município que há um equilíbrio na distribuição do financiamento. Em 2013, além de Sarandi, Chapada e Pontão também possuem um percentual significativo no financiamento PRONAF de outras culturas. Os demais municípios utilizam acima de 95% do PRONAF para financiar a produção de grãos.

Em 2014, o PRONAF é destinado ainda mais no financiamento da produção de grãos, onde apenas dois municípios são exceção (Chapada e Sarandi). Palmeira das Missões utilizou 100% dos financiamentos PRONAF para a produção de soja, milho e trigo. No ano seguinte ocorre a mesma coisa que nos últimos dois anos, o PRONAF financiando a produção de grãos soja, milho e trigo na região, sendo exceção Sarandi e Coxilha.

Figura 06: Percentual do Repasse de Crédito PRONAF Custeio Agrícola aos Municípios do Território da Produção/RS com exceção de Soja, Milho e Trigo (2013-2015)



Fonte: Bacen (2015)

4.1 Tipologia da Agricultura Familiar no Território da Produção/RS

Admitindo que a agricultura familiar do Território da Produção/RS, através da distribuição de crédito rural, apresenta diferenciações, cabe identificar as características dessa diversidade e heterogeneidade, através do acesso ao crédito.

Assim, na região do Território da Produção/RS, o cultivo de grãos é forte devido as condições de solo e clima serem propícios, além de haver uma cadeia produtiva toda estruturada a cerca das culturas soja, milho e trigo. São produtos com característica de *commodities* pelas grandes extensões de terra e sua produção tecnificada. Boa parte da produção é destinada a exportação.

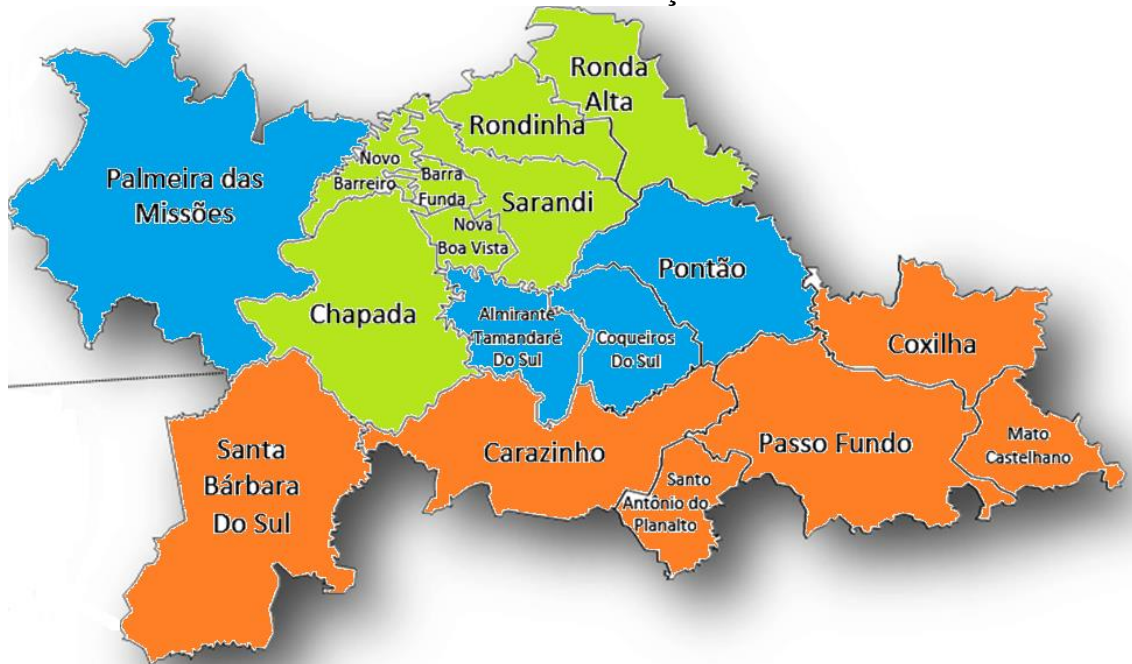
Em paralelo há uma agricultura familiar tendo sua cadeia produtiva pouco estruturada, com grandes desafios na produção e comercialização em diversificar sua produção, em alguns municípios. Já em outros municípios, que tem atores sociais articulados, a agricultura familiar tem mais força em diversificar sua produção.

Assim, para formar os grupos de municípios, considerou-se o número de DAP; o percentual de Número de Contratos em relação em DAP Ativas; o percentual de financiamento pelo PRONAF acessado pelo município, tanto agrícola quanto pecuária; o valor médio dos contratos na modalidade agrícola; e o percentual de crédito PRONAF por produto nos dezessete municípios pertencentes ao Território da Produção/RS.

Deste modo, formaram-se os seguintes grupos: Tipo 01 – Municípios com baixo acesso ao crédito rural PRONAF; Tipo 02 – Municípios que acessam o crédito rural

PRONAF para o cultivo de grãos. Tipo 03 – Municípios em que o acesso ao PRONAF é significativo.

Figura 07: Identificação dos Municípios conforme as tipologias existentes no Território da Produção/RS



Fonte: Elaborada pela Autora

Encontra-se nos municípios de Carazinho, Coxilha, Mato Castelhanos, Passo Fundo, Santo Antônio do Planalto e Santa Bárbara do Sul uma agricultura familiar do **Tipo 01** “municípios com baixo acesso ao crédito rural PRONAF”. Este grupo de municípios se caracteriza por possuir um percentual abaixo de 5% no financiamento de culturas que não sejam soja, milho e trigo; essencialmente não ultrapassam 30% do acesso a crédito rural PRONAF; Há uma pequena variação quanto ao percentual de contratos em relação a DAP ativas, mas prevalece entre 30%; os valores médios dos contratos de custeio agrícola estão em média a 20.000 reais e o número de DAP não ultrapassa os 400, com exceção de Passo Fundo. Nestes municípios, predomina-se a produção de grãos, como soja, milho, trigo, canola, aveia e cevada.

A agricultura familiar do **Tipo 02** “Municípios que acessam o crédito rural PRONAF para o cultivo de grãos” predominante em Almirante Tamandaré do Sul, Coqueiros do Sul, Palmeira das Missões e Pontão. Este grupo também se caracteriza por possuir um percentual abaixo de 5% no financiamento de culturas com exceção de soja, milho e trigo; essencialmente o acesso ao crédito rural PRONAF nos municípios está

entre 30% a 80% destinado a produção de soja, milho e trigo. Em 2014, no município de Palmeira das Missões o acesso ao PRONAF foi 100 % destinado a produção de soja, milho e Trigo. O percentual de contratos em relação a DAP ativas está entre 30% e 50 %; há uma variância nos valores médios dos contratos de custeio, entretanto não ultrapassando 15.000 reais; e o número de DAP está entre 400 à 1.000

Municípios com características do **Tipo 03** “Municípios em que o acesso ao PRONAF é significativo” encontram-se em Barra Funda, Chapada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Ronda Alta, Rondinha e Sarandi. Caracteriza-se por possuir um percentual abaixo de 5% no financiamento de culturas com exceção de soja, milho e trigo, entretanto, há exceção dos municípios de Chapada e Sarandi que fortemente diversificam sua produção em demais produtos, como uva, cebola, aveia, canola, laranja e pêssago; o acesso ao crédito rural PRONAF nos municípios os 80%, com exceção de Chapada e Sarandi; no que se refere ao percentual de contratos em relação a DAP ativas ultrapassa os 50%, com exceção de Novo Barreiro e Ronda Alta; os valores médios dos contratos de custeio são inferiores a 20.000 reais; e há uma variância no número de DAP, prevalecendo o número acima de 1.000 DAP.

5. Considerações Finais

O presente estudo buscou avaliar qual o papel que o crédito rural PRONAF está desempenhando no fortalecimento da agricultura familiar nos dezessete municípios pertencentes ao Território Rural da Produção/RS e em que medida isso ocorre, através da análise da distribuição do crédito rural. Além de identificar os diferentes níveis e características da participação do PRONAF para a consolidação da agricultura familiar, construindo diferentes tipologias para expressar a heterogeneidade existente no Território.

O estudo pode constatar que o PRONAF desempenha um papel importante no fomento da agricultura familiar nos municípios do Território da Produção/RS. Observou-se que, em média, no período analisado, uma significativa a utilização do programa PRONAF para o financiamento da produção e que, nos últimos tempos, a mesma tem aumentado.

Além disto, no período em análise foi identificado que, neste Território, houve um total de 36.299 contratos do PRONAF, entre as modalidades pecuária e agrícola

(investimento, custeio e comercialização), e que há variabilidade entre os municípios em relação ao acesso do crédito rural PRONAF.

Em relação ao que o agricultor familiar do Território da Produção vem financiando para produzir, verificou que os repasses do crédito rural PRONAF por produto nos últimos três anos, identificando o volume de financiamentos para grãos, soja, milho e trigo, das demais culturas financiadas. Foi aferido que, neste território a utilização do PRONAF custeio agrícola é para o cultivo de grãos (soja, trigo e milho). Para a Soja, do volume de recursos total concedido, em média 50%, no período de 2013 a 2015, se destinaram ao cultivo desta oleaginosa. Para o cultivo do trigo na Agricultura Familiar o custeio envolveu, em média, 41% em 2013, 25% em 2014 e 19% em 2015. Ainda, houve um aumento na média dos valores destes contratos de 2014 para 2015, concentrando o acesso ao crédito em agricultores familiares consolidados do Território da Produção/RS.

Desta forma, foi possível identificar três tipos principais de agricultores familiares no Território: Municípios com baixo acesso ao crédito rural PRONAF; Municípios que acessam o crédito rural PRONAF para o cultivo de grãos e Municípios em que o acesso ao PRONAF é significativo.

6. Referências

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

Banco Central do Brasil. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp

BRASIL. **Portal Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>, consultado em 11/11/2015.

CANIELLO, M. et al. **Análise de desempenho do Programa Territórios da Cidadania: o caso do Orçamento 2008 do Território da Borborema-PB**. In: GEHLEN, V.R.F.; LAINÉ, P.C.V. (orgs.), *Construindo com fios invisíveis: a fragmentação do território rural*. Recife: Editora da UFPE, 2012. p. 95-113.

CANIELLO, M. **Identidade e Qualidade de Vida nos Territórios da Cidadania**. Campina Grande, 2014.

CANIELLO, M. ***O Ethos Brasília: sociologia histórica da formação nacional (1500-1654)***. Tese de Doutorado. Recife, UFPE/PPGS, 2001.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D.; **Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.

EBINA, R. K.; MASSUQUETTI, A. **O PRONAF no Sul do Brasil no Período de 1999-2010**. Revista de Estudo CEPE, Santa Cruz do Sul, 2012, n35, p. 199-233.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1995.

FROELICH, J. M.; VENDRUSCOLO, R. **A Construção Social da Identidade Territorial Quarta Colônia – Tramas e Sentido da Narrativa**. In: Desenvolvimento Territorial: Produção, Identidade e Consumo. Ed. Unijuí. Ijuí, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Método de Pesquisa**. Ed: UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. Mai-Jun 1995. São Paulo, v 35, n.3, p. 20-29.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C.S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF: Incra: FAO, 2000. 73 p. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO.

GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?** In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, p201-210.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/1990.

MARAFON, G. J.; **Agricultura Familiar, Pluriatividade E Turismo Rural: Reflexões A Partir Do Território Fluminense**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MASSUQUETTI, A. **A Mudança no Padrão de Financiamento da Agricultura Brasileira no Período 1965-97**. Porto Alegre, 1998.

POLIT, D.F.; BECK, C.T.; HUNGLER, B.P. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, J. A. G. dos. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Um Estudo do Desenvolvimento do Município de Poço Redondo/SE**. São Cristóvão/SE, 2008.

SANTOS, M. Guerra de Lugares. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1980.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003. 359 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **“Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF.”** In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p.21-50.

SILVA, J. G. **Modernização Conservadora.** Ed. Hucitec. São Paulo, 1982.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 330 p. (Estudos rurais).